

MANIFESTO DA CNB/PMB

Em defesa do Brasil, em defesa do PT, em defesa de Lula

Ao iniciarmos o processo de discussão do 6o. Congresso do Partido dos Trabalhadores, a CNB/PMB manifesta ao coletivo partidário sua determinação em defender nossa história de lutas, defender nosso legado de realizações, enfrentar o golpe de 2016 e a ofensiva conservadora, e avançar na elaboração estratégica para vencer os desafios do próximo período.

O PT conquistou grandeza histórica e destacado protagonismo na luta de emancipação dos trabalhadores e trabalhadoras do nosso país, tornando-nos referência em toda a América Latina e no mundo. Por tudo isso, temos a responsabilidade de, junto com os movimentos sociais, analisar o momento com coragem, vontade política e dedicação militante.

Vamos ao debate!

Concluímos 13 anos de governo fazendo grandes mudanças na realidade social, econômica, cultural, educacional e tecnológica do país, com o PT à frente desse processo de mudanças, conquistado através do voto popular em 4 eleições presidenciais.

O golpe parlamentar-jurídico-midiático, além de ferir profundamente a democracia, foi dado com o objetivo de implementar o programa derrotado nas eleições de 2014. Interrompeu um ciclo virtuoso de conquistas que tirou o país do mapa da fome, incluiu milhões de famílias nas relações econômicas e sociais, diminuiu as desigualdades regionais, aprofundou a democratização do Estado e da sociedade brasileira, recuperou o papel do Estado como indutor do crescimento e da distribuição de renda.

Ciclo que também colocou o Brasil na mesa das decisões mundiais e nos fóruns internacionais, mudando a correlação de forças política, diplomática e econômica no continente, a partir do programa democrático- popular e antineoliberal, inspirado pelos ideais de um socialismo democrático.

Criamos uma nova agenda de políticas públicas de caráter emancipatório, articulando classe, raça, gênero e questões identitárias. Essa foi a experiência de milhões de pessoas, que merece ser ampla e profundamente analisada no processo 6o. Congresso.

Milhares de pessoas têm ido às ruas. Primeiro em defesa da democracia e contra o golpe que tirou a presidenta Dilma Rousseff do governo, agora em defesa das liberdades e dos direitos. Mesmo com críticas ao nosso governo, diferentes movimentos reconhecem o caminho aberto por Lula que fez do Brasil um país menos desigual, em direção a um futuro ainda melhor.

Inspirados e comprometidos com o nosso legado e com a energia que brotou dessas lutas, movidos pela necessidade de aprofundar o projeto que iniciamos, devemos repensar nosso caminho, fazer um balanço sincero, atualizar nosso programa, transformar nossas práticas e revigorar nosso partido.

Ser capaz de formular uma nova estratégia e um novo programa para o país, à luz do novo cenário mundial, que desperte novamente a esperança do povo. Ser capaz de impulsionar os caminhos do crescimento econômico, da distribuição de renda, da inclusão social, da reforma política, da reforma do Estado, da democratização das comunicações, da reforma tributária, da reforma agrária, da reforma urbana, da soberania nacional com integração regional.

Trata-se, dessa maneira, de fazer frente à política de terra arrasada, de destruição de conquistas e de entrega da riqueza nacional que serão o legado principal do governo golpista. A atual crise político-institucional devido à incapacidade e à ilegitimidade do atual bloco que tomou por golpe o país, assim como o avanço dos sinais de intolerância, ódio e repulsa à política, só reforçam a importância do fortalecimento de um partido com a experiência histórica do PT.

São tarefas que exigem uma nova estrutura partidária, novos mecanismos de participação dos filiados e simpatizantes, novas formas de controle interno, novo modelo de financiamento, democratização do funcionamento, nova política de comunicação e novo padrão de relação do partido com os mandatos. Mais democracia e mais participação para fortalecer o PT como um partido de massas.

Propor com ousadia um novo modelo de funcionamento de nossas instâncias que dê conta do imenso desejo de participação política demonstrado por todos os movimentos que, país afora, organizam mulheres, negros e negras, povos indígenas, a população LGBT, ativistas das redes sociais, movimentos ambientais, de moradia, transporte, saúde, educação, trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo, sobretudo pelas juventudes, que lutam por defender e aperfeiçoar o PT.

Nós nos colocamos de forma aberta, firme e vigorosa esse imprescindível desafio para que, como um partido de massas, ao lado dos movimentos sociais, estejamos à altura de defender as conquistas e os direitos da maioria de nosso povo e retomar um programa voltado à realização da justiça social e do fortalecimento da democracia.

O 6º Congresso do PT deve ser um momento especial de aprofundamento desse debate estratégico. Para além de nossas divergências internas, trata-se de fortalecer, a partir da mais ampla unidade partidária, a unidade das esquerdas e das forças populares visando ampliar a oposição ao programa neoliberal do golpismo, em defesa dos direitos dos trabalhadores e do projeto democrático-popular. Avançar na elaboração estratégica com o objetivo de construção de uma nação justa e soberana, movida pelos princípios e valores de um socialismo democrático nos planos econômico, ambiental, social, cultural e político, envolvendo a participação da sociedade, especialmente dos trabalhadores e setores populares.

São Paulo, dezembro de 2016
Plenária Nacional da CNB

BALANÇO

1- Em 2002, a eleição de Lula, ancorada num projeto democrático- popular, descortinou um novo e promissor futuro para nosso povo. De inspiração anti-neoliberal, nossos governos implementaram não apenas políticas públicas de inclusão social e transferência de renda, como o Bolsa Família, o PRO-UNI, o FIES, o Minha Casa Minha Vida, ampliação do crédito para as camadas populares, o apoio decidido à agricultura familiar. Cerca de 36 milhões de pessoas saíram da miséria e 40 milhões atingiram a renda média graças ao aumento real do salário mínimo. Um imenso mercado interno de consumo de massas foi criado, nosso país ocupou a vanguarda mundial do combate à pobreza e a miséria.

2- Entretanto, esse imenso êxito não pode ser circunscrito a essas medidas que alguns consideram "reformismo fraco" ou "melhorismo". Fundamentalmente, os governos do PT mudaram substancialmente o papel do Estado em relação ao país, que vinha antes sendo destruído pelos governos neoliberais de Collor e de FHC. A aliança simbolizada pela chapa Lula -José Alencar, longe de ser uma submissão das classes trabalhadoras a uma fração da burguesia, foi possível em virtude de um programa profundamente anti-neoliberal, que recolocou o Estado como indutor do desenvolvimento econômico , não apenas através dos incentivos ao mercado interno , mas também e fundamentalmente , através do protagonismo da cadeia produção-consumo-investimento. Foi explorando as contradições entre parte do setor produtivo nacional, simbolizado pelo empresário do setor têxtil José Alencar, e o capitalismo internacional hegemônico pelo rentismo e pelas transnacionais, que foi construída a chapa Lula- José de Alencar, um operário na presidência da república e um empresário nacional na vice, e não o contrário.

3-Criado em 2007, o PAC - Programa de Aceleração do Crescimento, somado aos investimentos das empresas estatais, consolidaram em 2010 o maior investimento público na história recente da economia brasileira, de mais de 3,1% do PIB. Vários programas de política industrial, em 2004, 2008 e 2011, foram implementados, buscando combinar incentivos à inovação e maior competitividade da indústria nacional. O BNDES tornou-se de fato um banco de fomento e desenvolvimento econômico.

4-As compras governamentais, de grande importância na economia nacional, passaram a ser guiadas pela preferência para produtos e serviços nacionais nos três níveis de governo, com potencial de compras de cerca de 10% do PIB. De 2012 a 2014, foram incentivados nessa política de preferência nacional fármacos, equipamentos médico-hospitalares, máquinas e equipamentos, aeronaves executivas, equipamentos de tecnologia da informação e comunicação. Dentre as cadeias produtivas prioritárias, a cadeia do petróleo e gás foi destacada e priorizada por produzir imensos impactos positivos na política de conteúdo nacional. Neste sentido, foi fundamental a aprovação, no Congresso Nacional, da Lei da Partilha no Pré Sal e a manutenção da Petrobrás como operadora única.

5- Como afirma a economista Esther Bermeghy em artigo publicado em dezembro de 2015:" *A esfera pública da economia se fortaleceu em diversos sentidos, as empresas estatais não financeiras, as empresas públicas, as instituições financeiras públicas e os fundos públicos passaram*

a ser coordenados para cumprir funções estatais e de financiamento do consumo e do investimento. A ação articulada desses instrumentos fortaleceu o mercado interno, os investimentos e viabilizou crédito para as empresas e para as famílias. Nos últimos anos (2008 - 2015), a carteira de crédito dos bancos públicos saltou de 34% do total das instituições financeiras brasileiras para 54%. Não menos importante foi a regulação pública do crédito ampliando os recursos direcionados do sistema de 17,4%, em 2010, para 28,1%, em 2014, viabilizando recursos para a política de habitação, para o investimento e para a agroindústria."

6- A Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, sancionada pelo presidente Lula em dezembro de 2006, marcou o desenvolvimento e crescimento das micro e pequenas empresas no Brasil. A decisão política de fortalecer os pequenos negócios apresentou resultados proveitosos. Hoje, os pequenos negócios são responsáveis por mais de 98% das empresas formalizadas no Brasil, respondem por 27% do PIB e por 52% dos empregos com carteira assinada. A aposta nas micro e pequenas empresas aumentou as possibilidades de mais empregos e dinamização da economia das cidades.

7- Destaque especial merece a Política de Valorização do Salário Mínimo, fruto da mobilização dos trabalhadores e da postura decidida de nosso governo em adotá-la e fazer todos os esforços para aprová-la no Congresso Nacional. Responsável não apenas pelo crescimento da renda per capita, que em algumas regiões do país tem efeito multiplicador, a valorização do salário mínimo teve extraordinário impacto nos salários e benefícios de todo o conjunto da classe trabalhadora, que, a partir desse patamar, foi à luta por melhores salários através de greves, mobilizações e negociações junto a patronal. Em 2013 foi aprovada a PEC das Domésticas, garantindo, entre outros, o direito ao FGTS e à jornada de oito horas diárias, com forte impacto na formalização do emprego nesse importante segmento da classe trabalhadora composto majoritariamente por mulheres.

8- A gestão do Estado nos governos do PT foi profundamente alterada a partir da política de participação social, com conferências e conselhos com amplo debate e participação dos movimentos sociais, para a formulação de políticas dominada secularmente por setores tecnocratas de elite encastelados no aparelho de estado.

9) A criação das Secretarias de Igualdade Racial, Mulheres, Direitos Humanos e Juventude refletiram essa opção de gestão atendendo a uma das principais demandas sociais contemporâneas que é a de participar ativamente da concepção, formulação e execução de políticas públicas, que passaram a responder de maneira mais atenta às necessidades do povo. No campo regulador, são destaques o Estatuto da Igualdade Racial, aprovado em 2010; a Lei de Cotas para acesso às universidades, em 2012; a Lei das Cotas no serviço público federal em 2014; o Estatuto do Idoso, em 2003 e o Fundo Nacional do Idoso em 2010; e o Estatuto da Juventude, em 2013. Em 2006, foi instituído um dos maiores instrumentos legais para enfrentamento da violência de gênero, a Lei Maria da Penha, e a previsão da união homoafetiva feminina. Cabe destacar também a regularização de terras quilombolas e de terras indígenas, da qual é exemplo a reserva Raposa Serra do Sol.

10- No bojo do processo de estabelecimento de políticas públicas para a afirmação de direitos foi aprovada a Lei de Cotas nas universidades, que alcançou 50% das instituições federais e a meta de ocupar 56% das suas vagas com alunos oriundos de escolas públicas, distribuídas de forma proporcional aos critérios demográficos de cada unidade federativa entre pretos, pardos e indígenas.

11- A partir do profundo vínculo e compromisso dos governos do PT com a educação, foi possível ampliar o investimento público total em educação, em relação ao PIB, de 4,5% em 2004 para 6,2%, em 2013. Em 2014, foi aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece vinte metas para a próxima década. Uma destas metas estabelece que o investimento público total em educação pública deve ser ampliado de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 10% do PIB no final da vigência do plano. Foram marcos desta política a reforma da educação profissional, a criação dos Institutos Federais, a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES).

12- O fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) foi fundamental para garantir, anualmente, 3,8 bilhões de procedimentos ambulatoriais, 1,2 bilhões de atendimentos na Atenção Básica e 447 milhões de atendimentos na Atenção Especializada neste período, o que demonstra a dimensão de um sistema universal que atende com exclusividade 150 milhões de pessoas. Os indicadores de saúde da população brasileira têm avançado em vários aspectos como a expectativa de vida ao nascer que aumentou 4,8 anos entre 2001 e 2014, atingindo 75,1 anos. Houve queda da mortalidade infantil em todas as regiões e o Brasil alcançou a taxa de 14,1 óbitos por mil nascidos vivos. Em 2013, foi projetada a queda de 25% de óbitos maternos, o que corresponde a 25% de redução em relação aos dados em 2001.

13- No campo da política externa, ao priorizar a integração regional através do Mercosul e Unasul, além de fortalecer a cooperação, a convergência e a paz na região, trouxe resultados econômicos de dimensão extraordinária. Em 2013, o superávit comercial do Brasil com a América do Sul foi de mais de US\$ 9 bilhões de dólares, e, ressalte-se, com destaque a produtos manufaturados brasileiros. Ou seja, não apenas as chamadas "commodities" como os produtos agrícolas e minerais, diversificando a pauta das exportações, sem falar da diversificação do destino dos produtos exportados, ao ampliar o comércio com os países da África.

14 - O programa democrático-popular de inspiração anti-neoliberal, que trazia em seu bojo a inserção soberana do país na economia globalizada, foi o que permitiu a derrota da ALCA em 2005, a ênfase na integração regional latino americana e caribenha com a criação da UNASUL e da CELAC, o fortalecimento da aliança IBAS (Índia-Brasil- África do Sul) e a criação do novo bloco na geopolítica mundial consubstanciado nos BRICS, tão agressivamente atacado pelo imperialismo estadunidense. Até meados de 2016, quando ocorreu o afastamento da presidenta Dilma através do Golpe, o Brasil se negou a participar das principais iniciativas de liberalização de comércio engendradas pelas transnacionais através dos governos norte americano e europeus como o Tratado Transpacífico, o Tratado Transatlântico e o TISA (acordo de serviços).

15 -Por tudo isso, nossos adversários de classe resolveram organizar de forma contundente e articulada o Golpe que sofremos em 2016. Ao fortalecermos a esfera pública da economia, articulando empresas estatais, instituições financeiras e fundos públicos e governo federal, o estado brasileiro passou a ser o condutor da economia e do crescimento nacional, contrariando os interesses do rentismo e dos setores econômicos brasileiros vinculados aos interesses das transnacionais e empresas petrolíferas estrangeiras, em pleno ambiente de crise econômica mundial. Como diz o Presidente Lula: sofremos o golpe muito mais pelos nossos acertos do que pelos nossos erros.

16- É certo que cometemos erros. No campo da política tributária, não criamos alternativas por exemplo à extinção da CPMF em 2007. Implementamos uma política de desonerações da folha de pagamento sem a devida coordenação com a política industrial em curso, que, além de não surtir o efeito desejado de incentivar o investimento privado, comprometeu de maneira profunda a disponibilidade de recursos públicos para o investimento. Finalmente, a opção por um ajuste ortodoxo no início de 2015, que além de não resolver a crise econômica gerada e alimentada por forte componente político, contribuiu para deteriorar a base de sustentação social.

17- Do ponto de vista das reformas democráticas do estado, como a Reforma Política e a Democratização dos Meios de Comunicação, não tiveram sua importância adequadamente dimensionadas pelo nosso governo, nossas bancadas e nosso partido. Não priorizamos a necessária Reforma do Estado, acreditando num suposto republicanismo como se não soubéssemos que as instituições de estado são compostas e permeadas pelas contradições de classe da sociedade brasileira.

18- Ainda que, analisada de maneira aprofundada, nunca tenhamos tido uma correlação de forças suficiente na sociedade brasileira que garantisse a aprovação dessas importantes reformas, era necessário que o conjunto do Partido, das Bancadas e do Governo tivéssemos lançado à sociedade brasileira essas propostas de reformas, a fim de fazer o debate e a disputa de hegemonia na sociedade brasileira. Como dissemos no 5o. Congresso, Salvador 2015, essas reformas estruturais eram determinantes para a continuidade de nosso programa democrático-popular.

19- Além disso, a não priorização do embate da Reforma Política refletiu a acomodação do Partido como um todo ao funcionamento político-partidário eleitoral com base no financiamento empresarial. Como avaliamos no Congresso de Salvador: *“Deixado intacto, esse sistema político-eleitoral contaminou práticas partidárias, deformou relações internas e trouxe de contrabando métodos e hábitos da política tradicional: a supremacia dos mandatos sobre as instâncias partidárias, o esvaziamento da vida interna fora de períodos eleitorais, o relativo distanciamento dos movimentos sociais, sinais de burocratização, a centralização como método de direção”*.

20 - No campo da organização partidária, descuidamos da formação político-ideológica da militância, tema tratado com pouca relevância. Durante nossos governos, não oferecemos qualquer atenção organizativa aos imensos contingentes de pessoas que passaram a ter cidadania econômica e social. Finalmente, mas não menos importante, descuidamos da disputa de valores em uma sociedade e um mundo fortemente dominados por um ideário do consumismo, do individualismo e da intolerância.

CONJUNTURA INTERNACIONAL

21. A análise da conjuntura internacional visa identificar como os fatos a serem mencionados se relacionam com a conjuntura nacional e de que forma incidem sobre nossa realidade, nossos problemas e nossa ação internacional.

22. A conjuntura internacional é modesta em termos de boas notícias. Entre elas, podemos mencionar o avanço na concretização dos Acordos de Paz entre o governo colombiano e as FARC-EP e o início das negociações de paz com a insurgência ELN naquele país; a reeleição do Presidente Daniel Ortega da Frente Sandinista de Liberação Nacional na Nicarágua com cerca de 72% de votos,

a eleição do ex-ministro de Portugal e por dez anos Secretário da ACNUR, Antonio Guterrez, como o novo Secretário Geral da ONU.

23. Entretanto, más notícias não faltam. A maioria delas decorrentes ou reforçando a crise mundial. Há anos vimos chamando a atenção para os riscos derivados da crise econômica internacional, particularmente, devido ao receituário neoliberal aplicado para enfrenta-la. A implementação de políticas de austeridade num momento em que a economia mundial necessita de estímulos somente poderia levar ao resultado atual em que a crise estagnou o crescimento econômico mundial, acelerou a concentração da renda mundial atingindo níveis nunca vistos e evoluiu para uma profunda crise social e política.

24. E foi neste contexto que ocorreu o golpe de Estado no Brasil e tendo como uma de suas consequências a negação e desmonte das políticas públicas brasileiras, em particular, da Política Externa (PEB) construída desde o primeiro ano da presidência de Lula. A política externa ativa e ativa dos governos do PT vem sendo substituída por uma política de inserção subordinada ao mundo globalizado, rompimento da cooperação sul-sul e sua substituição pela relação norte-sul, priorização de acordos de livre comércio em detrimento do fortalecimento dos projetos de integração regional e suas instâncias (UNASUL e CELAC), o abandono do multilateralismo e da participação ativa no Sistema Internacional.

25. As principais iniciativas do Itamaraty através do chanceler usurpador José Serra foram desastrosas. Junto com Argentina e Paraguai articulou o afastamento da Venezuela do Mercosul; criou rugas com o Uruguai sem necessidade; revelou absoluto desconhecimento sobre os BRICS, inclusive, quanto à identificação de seus membros; revelou publicamente sua preferência na eleição presidencial dos EUA, além de ser um contumaz defensor da abertura da exploração do Pré-Sal brasileiro para as grandes empresas petroleiras multinacionais e entrega da base de Alcântara para os Estados Unidos.

A crise internacional

26. A denominamos internacional e não mundial, pois pelo menos um país conseguiu insular-se da mesma, a China. É verdade que este país reduziu seu crescimento anual do PIB de 11 – 12% ao ano para um índice em torno de 7%. Porém, esta decisão está relacionada à sua estratégia de privilegiar o mercado doméstico como fator de desenvolvimento e crescimento em detrimento do crescimento baseado em exportações. Entretanto, esta diretriz somada à queda dos preços de commodities como alimentos, minerais e petróleo tem um preço alto para os países que ancoraram suas exportações principalmente em produtos primários.

27. A concentração da renda que nos anos 1990 havia retornado aos níveis da década de 1930 em países desenvolvidos como os EUA graças à desregulação promovida para favorecer as grandes corporações empresariais em substituição à regulamentação dos “30 anos dourados do capitalismo” (regulamentação essa privilegiou impostos mais justos, políticas sociais, liberdade sindical e negociações coletivas, entre outros direitos) , agora alcançou patamares absurdos. O relatório da OXFAM apresentado recentemente no Fórum Econômico Mundial em Davos, demonstrou que a renda dos 1% mais ricos do mundo já ultrapassou a renda dos 99% de habitantes restantes e que os oito bilionários mais ricos detém a mesma renda que a soma das rendas dos 3,6 bilhões de habitantes mais pobres do mundo, isto é, metade da população mundial.

28. Do ponto de vista da conjuntura e da análise da crise, uma característica importante é o aparecimento da xenofobia e do protecionismo comercial como elementos, ao mesmo tempo decorrentes e alimentadores da crise política. Nesta caracterização podemos citar a rejeição europeia à migração de refugiados do Oriente Médio e da África, a ascensão de partidos de extrema direita na Europa, a saída do Reino Unido da União Europeia (“Brexit”), a eleição de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos e o crescimento do conservadorismo e da intolerância em nível mundial. Um novo teste importante desta tendência, será a eleição presidencial francesa em 2017, cujo primeiro turno ocorrerá no final de abril.

29. A realidade é que diferentes acordos de comércio e integração , ao invés de reduzirem as assimetrias e proporcionar oportunidades de desenvolvimento econômico e social e de ampliação de direitos, modelo que o PT sempre defendeu como objetivo principal nos acordos em que o Brasil ingressou (Mercosul, IBAS, BRICS, Unasul e Celac) , os acordos de comércio , na prática, adotaram um modelo neoliberal que proporciona economia de escala para as Empresas Multinacionais e imposição dos interesses dos países mais fortes sobre os dos mais fracos. Esse processo eliminou empregos e direitos conforme demonstram acordos como o Nafta e a União Europeia. Segundo a OIT, haverá mais de 200 milhões de desempregados no mercado de trabalho formal do mundo em 2018, pois o fraco desempenho da economia deverá acrescentar mais de dois milhões de trabalhadores que perderão seus empregos em 2017 e outros três milhões em 2018, e o Brasil contribuirá pelo menos com metade destes números.

30. A eleição de Donald Trump e a ascensão política da extrema direita na Europa decorre da percepção de perdas que os trabalhadores formais e nacionais vem sofrendo e que atribuem aos tratados e acordos assinados pelos liberais, social democratas, democratas cristãos e partidos semelhantes que somente estariam beneficiando empresas e imigrantes. Quanto às empresas, a percepção é correta, pois além de vivermos sob a hegemonia do capital financeiro que proporciona riqueza aos rentistas, os “um por cento” que não produzem nada, há também os fenômenos da concentração de renda e de poder do setor financeiro. Estudos realizados por economistas da UNICAMP sobre as cadeias produtivas globais demonstram que atualmente 80% delas são controladas por aproximadamente 800 megabancos e fundos de investimento, além da oligopolização de setores como o automobilístico, telefonia móvel, informática, entre outros.

31. É claro que a propaganda eleitoral de Trump e dos que defenderam a saída do Reino Unido da União Europeia (BREXIT) exploraram esta percepção das pessoas, sem qualquer escrúpulo em mentir ou exagerar na tintura dos problemas. O discurso de posse de Donald Trump foi claramente contra os “políticos” e fundamentado na retórica da “América em primeiro lugar”. Como também ocorreu, por exemplo, com o referendo colombiano em outubro passado sobre o acordo de paz, onde venceu o “No” por pequena margem de votos. As igrejas evangélicas na Colômbia foram fundamentais para viabilizar este resultado, pois aproveitaram-se de um item do acordo onde havia uma referência aos direitos que deveriam beneficiar “igualmente homens, mulheres e pessoas de diferentes orientações sexuais” para pregar que o acordo iria destruir a família colombiana. É como ocorre hoje no Brasil, onde os golpistas dizem que o PT destruiu a economia do país e é por isso que “as medidas amargas são necessárias”.

32. No caso da campanha de Donald Trump, ela foi dirigida com sucesso para conquistar os votos dos trabalhadores brancos, tradicionalmente eleitores do Partido Democrata, com base no slogan “Fazer a América Grande Outra Vez”, atribuindo o desemprego aos migrantes mexicanos e aos

acordos de livre comércio que estimulam empresas americanas a se instalarem em outros países e assim exportar empregos. Esta estratégia levou-o a conquistar muitos votos no cinturão industrial composto por estados como Michigan, Ohio, Pensilvânia e Wisconsin que, somados aos votos conservadores e de extrema direita, usuais dos republicanos, garantiu-lhe a vitória.

33. Sua campanha eleitoral, extremamente truculenta pelas suas expressões xenófobas e machistas, causou espécie entre os democratas no mundo e até entre alguns republicanos dos Estados Unidos. Até o chanceler usurpador do Brasil, José Serra, disse em entrevista que a “hipótese de vitória de Trump seria um pesadelo”, pois, admitiu que desde que viveu nos EUA, sempre torceu pelos Democratas. Na verdade, os golpistas brasileiros foram apoiados, mesmo que indiretamente, pela administração Obama e diretamente por fundações ditas “libertárias” americanas. Seguramente, os contatos de José Serra em troca de sua defesa da abertura da exploração do Pré-Sal para as grandes empresas petroleiras americanas e sua recente oferta de ceder a base de Alcântara para uso dos Estados Unidos foram importantes para isso, assim como a atuação de Temer como “quinta coluna” dando opiniões e informações à embaixada dos Estados Unidos quando era somente presidente do PMDB, embora o partido já estivesse coligado ao PT durante o governo Lula.

34. A composição do ministério de Donald Trump permite antecipar algumas de suas políticas. Em primeiro lugar, a escolha de um dirigente do Banco Goldman Sachs como Secretário do Tesouro, sugere a manutenção das políticas neoliberais e hegemonia das finanças. Isso, somado ao mote da sua campanha, as afirmações de que a manutenção de organismos multilaterais como a ONU custa muito caro e que a OTAN estaria obsoleta, além de algumas medidas adotadas antes de assumir a presidência, como a pressão sobre diversas empresas para não abrirem novas unidades no México (caso da Carrier e da Ford que decidiram mantê-las nos EUA), sugerem que sua política econômica será mais protecionista, “anti-globalização” no sentido de tentar recuperar seu papel de potência hegemônica, mais “unilateralista”, mas com certeza não será “anti-neoliberal”.

35. A indicação de um CEO da empresa petroleira Exxon como Secretário de Estado nos permite afirmar que, se depender dos EUA, podemos esquecer qualquer acordo sério sobre as mudanças climáticas no curto prazo. Embora a retórica do novo Secretário seja agressiva no geral, inclusive contra a Rússia, o mais provável é que a agressividade estadunidense se volte particularmente contra a China em função das disputas comerciais já existentes, pois ainda antes de tomar posse, o novo presidente buscou contatos com o novo governo de Taiwan que a China considera “uma província rebelde”. Fato do qual Trump recentemente teve que se retratar em telefonema do presidente daquele país, Xi Jinping, e pelo menos aparentemente, comprometer-se com a concepção da China como um só país.

36. No Oriente Médio, a nova administração estadunidense resolveu apoiar explicitamente a política israelense de colonização da Palestina ao nomear um novo embaixador que tem defendido publicamente o direito do governo israelense de construir novas colônias nos territórios ocupados. O primeiro ministro Benjamin Netanyahu já anunciou estas construções como forma de testar o comportamento de Trump frente ao tema. Se um acordo de paz já estava distante devido à truculência israelense e à política vacilante de Obama, agora a perspectiva está praticamente enterrada. Ainda em referência à região, Trump tem falado em renegociar o acordo nuclear com o Irã que considerou exageradamente benéfico aos iranianos, o que significaria abrir hostilidades contra este país que hoje atua em conjunto com a Rússia contra o Estado Islâmico na Síria e em defesa do governo de Bashar al-Assad.

37. A percepção da agressividade, inclusive armada, é reforçada pelo fato de a irmã do dono da empresa de mercenários, Blackwater, também ter-se integrado ao novo ministério, no caso, como secretária de educação. Seu irmão foi um apoiador de Trump de primeira hora, mas de qualquer forma, o complexo industrial – militar norte americano sempre foi influente sobre qualquer governo. Além das possibilidades já mencionadas que poderão suscitar intervenções armadas, existe ainda o contencioso estadunidense com a Coreia do Norte desde que esta detonou seu primeiro artefato nuclear e tem feito sucessivos testes com mísseis balísticos de longa distância.

A situação latino-americana e caribenha

38. No que tange à América Latina e Caribe, as menções preocupantes feitas por Trump são as de apoio à oposição venezuelana e que Obama teria feito um mau acordo com Cuba, além das ameaças aos migrantes latino americanos e da construção do muro na fronteira com o México.

39. O problema é que com os governos da Argentina, do Brasil e do Paraguai , agora controlados pela direita , que querem substituir a política externa universalista por um engajamento particular com os Estados Unidos e União Européia, a defesa da Venezuela e Cuba estará debilitada, o que exigirá maior envolvimento político dos partidos e dos governos de esquerda e progressistas em apoio a estes dois países. O mesmo em relação ao governo de Salvador Sanchez Cerén , da FMLN , em El Salvador , que sofre atualmente forte assédio das forças da direita com perfis semelhantes aos golpistas brasileiros compostos por setores do poder judiciário, direita parlamentar e empresas mediáticas.

40. A crise econômica também afetou o continente latino-americano e caribenho devido à retração dos mercados dos países desenvolvidos e queda dos preços das commodities na esfera internacional, graças à dependência da maioria de seus países da exportação de produtos primários. Apesar do exposto compromisso político com a integração regional como mecanismo de inserção soberana da região na economia mundial , os governos progressistas e de esquerda da região não lograram imprimir maior ousadia e assertividade à integração econômica da região , através da criação de cadeias produtivas regionais complementares entre si, da diversificação econômica no caso de países dependentes de um único fator de produção, maior agilidade na construção da integração na infraestrutura e na área energética , bem como na consolidação de uma nova arquitetura financeira capaz de financiar o desenvolvimento autônomo , integrado e soberano da região, como por exemplo o Banco do Sul.

41. Além disso, se os governos progressistas e de esquerda tiveram um protagonismo importante para o progresso social desde a eleição de Hugo Chávez na Venezuela em 1998, não conseguiram consolidar transformações estruturais importantes como as reformas política, tributária, dos meios de comunicação, ainda que em alguns casos transformações estruturais importantes tenham sido levadas a cabo como a constituição do Estado Plurinacional Boliviano, a Constituinte venezuelana, a reforma dos meios de comunicação na Argentina, dentre outros.

42. No entanto, apesar do revés político recente da Argentina e do Brasil, há resistências importantes. A oposição de direita, majoritária no parlamento venezuelano, não conseguiu impor a sua agenda golpista no país. Daniel Ortega foi reeleito na Nicarágua com 72% dos votos. Lenin Moreno, o candidato a presidente pelo “Alianza País” disputa a eleição presidencial no Equador com

boas chances. E aqui no Cone Sul, nem o direitista Macri e nem o golpista Temer têm conseguido solucionar os problemas econômicos do país e, mais do que isso, têm agravado a situação social e aumentado o desemprego. A perspectiva de melhoria destas economias até as próximas eleições presidenciais em 2018 encontra-se no campo do imponderável nos dois países levando a direita na Argentina e no Brasil a promover uma verdadeira “caçada política”, respectivamente, a Cristina Kirchner e a Luiz Inácio Lula da Silva, para tentar impedi-los de se candidatarem nas próximas eleições presidenciais, ou ainda tentar impedir judicialmente a candidatura do presidente Fernando Lugo do Paraguai, deposto por um golpe parlamentar em 2012.

43. Na Colômbia se vislumbra, ainda que num horizonte um pouco distante, a possibilidade de fortalecimento de uma esquerda democrática com o acordo de paz firmado entre o governo e as FARC – EP e o início das conversações com o segundo grupo mais importante, o ELN. Entretanto, a extrema direita colombiana tenta sabotar esta possibilidade a todo custo e cabe à cidadania do país atuar para assegurar a transição para esta nova realidade, o que requer também o apoio dos partidos progressistas e de esquerda da região.

44. O Foro de São Paulo, secretariado pelo PT desde sua fundação, vem buscando adequar-se à nova realidade política da América Latina e do Caribe, construindo um programa político como horizonte que aborda os conceitos, valores e projeções políticas que corresponde à esquerda e ao progressismo assumirem, com o objetivo de conduzir as mudanças na América Latina, programa denominado "Consenso de Nossa América". Apesar dos revezes impostos pela ofensiva conservadora na região, tal documento aponta que não é momento de lamentar os reveses sofridos no plano político e/ou eleitoral. É o momento de ser autocrítico e construtivo e aprender com nossos acertos e erros. Neste sentido, a realização do XXIII Encontro a realizar-se em julho na Nicarágua será uma oportunidade importante para proporcionar maior dinamismo às nossas iniciativas políticas à luz dos atuais desafios que a nova conjuntura se nos impõe.

45. Em seus trinta e sete anos de existência, a atuação internacional do Partido dos Trabalhadores buscou responder aos desafios de um mundo e de um país em transformação. Nos anos seguintes à sua fundação, o trabalho internacional esteve marcado pelas ações de solidariedade às lutas por libertação nacional e denúncia às violações de direitos humanos em vários países da América Latina e Caribe. Com os resultados obtidos nas eleições de 1989, o PT ganhou reconhecimento e projeção internacional, o que levou a um crescimento expressivo de seu trabalho internacional.

46. Os anos noventa foram fortemente marcados pela crise dos países socialistas e pela rápida expansão do neoliberalismo na América Latina, consolidando a opção petista de trilhar caminhos próprios a partir de relações internacionais plurais com vários setores de esquerda e democrático, que refletem a própria diversidade constitutiva do PT. Situa-se neste cenário, a convocatória de Lula e Fidel Castro a partidos, movimentos e organizações de esquerda para uma reunião em julho de 1990, no que mais tarde se tornaria o Foro de São Paulo.

47- Foi também nos anos noventa que o partido se engajou no debate sobre integração regional, criticando a orientação neoliberal pautada exclusivamente em acordos comerciais e apontando a necessidade de que os processos de regionalismo se orientassem pela integração dos povos. Neste mesmo período, enfrentando nacionalmente um cenário de ofensiva neoliberal, o partido vai progressivamente conquistando administrações municipais e consolidando o chamado modo petista

de governar, com forte espaço para instrumentos de democracia participativa, com repercussão, reconhecimento e ação internacionais.

48 . Com a primeira eleição de Lula em 2002 e o início do mandato em 2003, a atuação internacional do PT ganhou novo desafio , incluindo dessa vez a tarefa de dar suporte à política externa brasileira e simultaneamente manter uma elaboração política própria.

49. O fato é que o PT desde 2003 delegou o exercício da PEB ao Itamaraty durante a vigência dos governos de Lula e Dilma, a partir de acúmulos históricos e elaboração na formulação da política internacional . Necessitamos agora atualizar a elaboração de nossa política internacional adequada a este momento, particularmente na atual conjuntura internacional. Em primeiro lugar, uma PEB voltada para a realidade latino-americana e caribenha e em segundo lugar voltada para o mundo considerando nesta equação as políticas multilaterais, o comércio, a relação com outros continentes e o desenrolar de um mundo multipolar de fato.

50. A atual situação mundial e regional, acima de tudo, requer a maior unidade possível da esquerda, dos progressistas e democratas para enfrentá-la , impondo a construção de uma agenda comum dos partidos políticos, movimentos sociais e sindicatos. Entre os temas a serem considerados estão postos:

51- Defesa de um amplo processo de integração regional econômica e social soberana, na perspectiva estratégica de desenvolvimento econômico e social de longo prazo da região latino americana e caribenha, procurando a maior complementação entre os países, como condição para inserir-nos em um mundo globalizado, preservando a capacidade decisória sobre o futuro de nosso povo. Essa estratégia de desenvolvimento de longo prazo deve por ênfase na direção da transformação estrutural e da mudança tecnológica, compatível com os equilíbrios macroeconômicos, e centrada nos objetivos do desenvolvimento humano, igualdade e sustentabilidade ambiental, fortalecendo a nova institucionalidade regional como a UNASUL e a CELAC, além da democratização do Mercosul. Neste sentido, particularmente aqui em nosso país, é fundamental que nossas bancadas parlamentares federais se engajem na aprovação do projeto de lei das Eleições Diretas para os representantes brasileiros no Parlasul,

52- Defesa do multilateralismo , em que lutamos por uma nova ordem internacional de caráter multilateral, ancorada no respeito ao direito internacional e comprometida com a solução negociada de conflitos, com o respeito aos direitos humanos, com o combate às desigualdades e à pobreza, com o desenvolvimento ambientalmente sustentável, incluindo a reforma das organizações internacionais, que, como herdeiras do contexto pós-segunda guerra mundial, já não refletem o mundo atual. Neste sentido, articulações como o BRICS são essenciais pois trata-se de uma aliança que configura uma novidade de peso na política internacional. Passos importantes foram dados em 2014 para a consolidação do bloco, com a criação de um Acordo Contingente de Reservas, como instrumento adicional de proteção contra ataques especulativos e turbulências cambiais (alternativamente aos famigerados FMI, Banco Mundial, Troika européia) e a criação de um Banco de Desenvolvimento, com capital inicial de US\$50 bilhões, destinado ao financiamento de projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável. Ao PT caberá desenvolver estratégia própria de ação internacional em conjunto com movimentos sociais e sindicais que possa incidir sobre essa aliança.

53- Defesa de políticas ambientais mundiais que busquem uma relação harmoniosa entre os seres humanos e a natureza, bem como o incentivo ao desenvolvimento de novas tecnologias para uma economia sustentável. Neste sentido, lutaremos pelo cumprimento das metas de emissão de gases propostas pelo painel da ONU. Enfatizamos ainda a proteção da biodiversidade e da diversidade sócio-cultural (povos originários, indígenas e quilombolas).

54- Defesa dos processos democráticos da região latino americana e ampliação da democracia com a adoção de mecanismos eleitorais que torne o voto o mais representativo possível e de instrumentos de democracia direta

55. Defesa da democratização e introdução de pesos e contrapesos em relação aos poderes judiciários na região latino americana e caribenha

56. Democratização dos meios de comunicação em toda a região latino americana e caribenha.

57- Ampla liberdade de organização sindical e de negociação coletiva.

SITUAÇÃO NACIONAL

58) O Golpe de Estado iniciado em 17 de abril de 2016, pela Câmara Federal, e consumado pelo Senado em 31 de agosto de 2016, tem como objetivo efetivar o programa anti popular e antinacional derrotado nas urnas visando ampliar os padrões de lucratividade do capital. Foi a saída encontrada pelas oligarquias financeiras, industriais, agrárias, midiáticas e pelos partidos que as representam para subordinar a política econômica aos pressupostos da ortodoxia neoliberal em sintonia com a tendência mundial do capitalismo de concentrar e exportar capitais, ampliando a financeirização da economia no contexto da globalização.

59) Trata-se de outro projeto de País envolvendo uma visão sobre o Estado e suas instituições, sobre a economia, as relações de trabalho, a sociedade, a política, o poder coercitivo, a democracia, a cultura, os valores, os modos de vida.

60) Esse Golpe foi dado para atacar os direitos de nosso povo, especialmente dos mais pobres, reduzindo a renda dos trabalhadores, promovendo o desemprego pois a miséria, a exclusão social e a pobreza são funcionalmente necessárias aos padrões de acumulação pretendidos pelo novo grupo que usurpou o poder. Essa é a dimensão mais profunda do golpe.

61) A oposição e os setores neoliberais explicam a crise e justificam o golpe pela corrupção e pelos problemas fiscais, mas a verdade é que o empresariado, que supostamente se beneficiaria das desonerações fiscais e da ampliação de investimentos privados por parte do Estado, recusou-se, deliberadamente, a investir e se associou às forças golpistas. Vale observar que não obstante o empenho do governo Dilma por se aproximar do setor produtivo desde 2012 com a chamada Nova Matriz Econômica, os ganhos no mercado financeiro têm se mostrado determinantes. Isso porque os lucros financeiros no Brasil são extraordinariamente maiores que os lucros produtivos.

62) Por outro lado, a ampliação dos padrões de distribuição da renda por meio do salário mínimo, que cresceu 76% entre 2003 e 2014, a expressiva redução do desemprego, que passou de 12,4%

em 2003 para 4,8% em 2014, e a relação entre os benefícios previdenciários e o salário mínimo, fizeram com que a maior parte do empresariado tenha se engajado no boicote aos investimentos.

63) É essa ação deliberada que explica que tenhamos passado, em um ano de um quadro de relativa estabilidade econômica, para uma crise profunda cuja natureza é sobretudo política.

64) As condições para a sustentação social do golpe se estabeleceram a partir de 2013. As manifestações iniciadas em São Paulo contra o aumento de ônibus, contra a violenta repressão desencadeada pelo governo Alckmin; a decorrente ampliação da pauta por mais direitos, a solidariedade aos manifestantes contra a repressão foi galvanizada pela mídia e, progressivamente, pela extrema direita. O conteúdo e o espaço das manifestações foram disputados permitindo que surgissem mobilizações incentivadas por antigas organizações de extrema direita e novos grupos surgidos e organizados no espaço virtual da internet. As manifestações agregaram diferentes conteúdos anticorrupção, anti-partidos, contra direitos sociais, contra ações e políticas identificadas com a esquerda.

65) O resultado das eleições de 2014 expressaram as contradições presentes nas ruas. O povo reelegeu a presidenta Dilma, a partir de compromissos públicos, (assumidos na campanha) mais avançados e radicalizados em relação às políticas públicas e a distribuição de renda, riqueza, poder e cultura que na eleição anterior. Paradoxalmente, o povo elegeu o mais reacionário parlamento desde a Constituinte de 1988, tendo maioria na Câmara as forças mais conservadoras do país. No caso do Senado a volta de opositores neoliberais como José Serra, Tasso Jereissati e outros permitiu maior racionalidade programática para unificar os setores conservadores do Congresso.

66) Essa circunstância levou Eduardo Cunha à presidência da Câmara, fortalecendo as mais tradicionais práticas fisiológicas, abrindo espaço para a pauta e os ataques dos parlamentares conservadores, em sintonia com as crescentes ações das organizações de direita nas ruas.

67) Os subsídios fiscais e a elevação da taxa básica de juros para atrair capitais, embora desencadeados para promover a retomada da atividade econômica, ampliaram o custo da dívida pública e as dificuldades fiscais tornando atual, como afirmou o 5º Congresso, as propostas voltadas à superação da financeirização da economia.

68) A superação do rentismo como fundamento da dinâmica econômica tem sido apontada pelo PT como condição de fazer prevalecer no país a produção em vez da especulação. Malgrado nossos governos tenham desenvolvido políticas industriais que planejaram e executaram investimentos expressivos em áreas estratégicas como saúde, indústria naval, química e agroindústria e tenham ampliado os investimentos na indústria de transformação, produção de veículos, os investimentos em Ciência e Tecnologia (1,3% do PIB) e Educação (6,6% do PIB), não logramos dar sustentabilidade a essas políticas em face rigidez do tripé macroeconômico (metas de inflação, superávit primário e câmbio flutuante) e do poder de atração dos juros altos.

69) A direita nas ruas, com apoio político e financeiro da oposição, da mídia empresarial, de setores do empresariado e de ONGs internacionais ao lado dos panelaços, sob o manto da luta anticorrupção sustentaram o impedimento da presidenta Dilma. As sucessivas ações espetaculares da Operação Lava Jato e a tentativa de sequestro do Presidente Lula no aeroporto de Congonhas configuraram o cenário do golpe.

70) Para os golpistas trata-se de realizar a substituição de um modelo de expansão e fortalecimento do mercado interno, via distribuição de renda, (aumento do salário mínimo, transferência de renda e políticas públicas e sociais), ampliação do crédito e incentivo à produção com participação da sociedade na definição de políticas por um modelo de atração de fluxos privados de investimentos, especialmente por meio das privatizações, de expansão do capital rentista e especulativo. Soma-se a tais política o enfraquecimento dos processos de integração latino-americana (política, econômica e cultural) e dos BRICS. Para isso é preciso impedir e inibir a manifestação e a participação da sociedade.

71) O golpe perpetrado, resultado de uma ofensiva planejada contra os direitos sociais (seja a Previdência Pública, sejam as garantias trabalhistas da CLT) , e contra a soberania nacional , revela o caráter antidemocrático das elites brasileiras e sua histórica e profunda indisposição de admitir direitos, hoje consentânea ao programa neoliberal ainda mais regressivo em relação aos direitos sociais, políticos e civis.

72) Duas semanas depois da ilegítima posse (12.05.16), isto é em 24.05.16, o presidente interino lança outro projeto de Estado e política econômica e social voltado para a contenção de gastos públicos (adoção de um teto para os gastos de 20 anos) envolvendo União, Estados e Municípios; entrega do Pré-sal aos interesses das grandes corporações americanas do petróleo, em especial a Chevron; amplo processo de privatização de empresas estatais, de bancos e de fundos públicos; reforma na Previdência; mudanças na legislação trabalhista. Tudo isso em consonância com o documento Uma Ponte para o Futuro apresentado pelo PMDB, em perfeita sintonia com as formulações do PSDB desde, pelo menos, 1994.

73) Além disso, para cortar e reprimir expectativas de direitos o governo golpista realizou também, às pressas, uma Reforma Ministerial que extinguiu as Secretarias Nacionais das Mulheres, da Igualdade Racial e Direitos Humanos que tinham status de Ministérios. Fundiu o Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações com o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário; Previdência social foi desmontada: a Secretaria de Previdência Social, a Secretaria de Previdência Complementar e o DATAPREV estão sob responsabilidade do Ministério da Fazenda e o INSS sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, rebaixou a Secretaria Especial de Economia Solidária.

74) A EC 95, (antiga PEC 55) , que ordena o ajuste fiscal, comprometerá a vinculação de recursos para a Educação e a Saúde previstas na Constituição em nível federal, alcançar os estados e municípios. Por essa razão está em curso um ofensivo desmonte das políticas legadas pelos governos Lula e Dilma.

75) Vale destacar que no caso da Educação os cortes previstos tornarão inexecutável o Plano Nacional da Educação e, associados as demais medidas como a MP do Ensino Médio, impedirão a mobilidade social e cultural dos jovens e fortalecerão a ampliação do setor privado. Na saúde a PEC 55 aponta para o desmonte do SUS e para a privatização

76) Além da privatização do Pré-Sal, o governo golpista ensaia privatizar o Aquífero Guarani, maior manancial de água doce subterrânea do planeta.

77) Ao mesmo tempo os bancos públicos suspendem crédito a aposentados por invalidez e o Banco do Brasil planeja demitir 18 mil funcionários. Somam-se a isso os cortes no Minha casa Minha vida, no Bolsa Família atingindo 5 milhões de pessoas do Bolsa Família, nos recursos para crianças com deficiência do Benefício de Proteção Continuada, nas verbas destinadas à Reforma Agrária, o desmonte do Incra, do Programa de Aquisição de Alimentos, do Programa Nacional de Alimentação Escolar enfraquecendo a agricultura familiar. O Itamaraty extinguiu seu departamento de combate à fome.

78) Para manter uma inserção subordinada nas chamadas cadeias produtivas globais, no âmbito da nova divisão internacional do trabalho, e ampliar a produtividade e os lucros, reafirmamos, é fundamental atacar a CLT e os direitos trabalhistas consolidados desde a era Vargas,

79) Contando com o apoio sistemático dos grandes veículos de comunicação, aprovaram a proposta de terceirização ampla de todas as atividades produtivas; pretendem aprovar mudança constitucional garantindo que o negociado (com ou sem sindicato) possa estar acima do legislado; que as jornadas de trabalho, especialmente na área de comércio e serviços, passem a ser mensais, semanais, diárias e também por hora efetivamente trabalhada; aprovar novas e flexíveis formas de contratação da mão de obra.

80) A consequência será o aumento do desemprego, da rotatividade da mão de obra e da precarização do trabalho, em contraposição a uma fase de ampliação da formalização do trabalho, verificada especialmente entre 2003 – 2013 e uma queda brutal na renda dos salários no Brasil, além de inviabilizar a sustentação da Previdência Social, contribuindo para sua privatização e comprometendo o futuro dos trabalhadores.

81) A consequência menos visível num primeiro momento, mas de profundo caráter regressivo, será a fragmentação da classe trabalhadora brasileira, dificultando ainda mais a sua organização e resistência em defesa de direitos.

82) A médio e longo prazo, assistiremos ao desmonte do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, com a aprovação de propostas de focalização das políticas de emprego (seguro desemprego, abono salarial, etc.) e o fim dos Programas de Apoio e fortalecimento da Economia Solidária.

83) A Reforma da Previdência que pretendem para o País ampliará o tempo de contribuição dos trabalhadores e diminuirá o acesso aos benefícios pelos setores mais vulneráveis na medida em que deixará de ter como referência o salário mínimo. Trata-se de um desmonte que, reafirmamos, beneficiará o mercado da previdência privada afrontando um direito.

84) As medidas implementadas ou anunciadas não poderiam ser colocadas em prática se o respeito à ordem democrática fosse garantido. A mídia oligopolizada, setores do Judiciário e do parlamento deram o golpe porque sabem que esse programa não venceria nas urnas. Para reduzir ao máximo a oposição a essas medidas manipulam de forma arbitrária a lei em nome do combate a corrupção.

85) As instituições de Estado herdadas são fortemente marcadas por seu caráter antidemocrático, etilista e pelos vícios e pela corrupção, que sempre denunciemos e combatemos, especialmente nos governos Lula e Dilma. No plano externo expressam a conformação histórica à uma ordem

mundial opressiva, dominada pelo capital financeiro, em nosso continente, hegemônica pela potência estadunidense.

86) A violência do Estado, levada a efeito por setores do Ministério Público, do Judiciário e das polícias, particularmente no que se refere à Operação Lava a Jato, materializa-se nas prisões por mera suspeita, nas conduções coercitivas sem base legal, nos vazamentos criminosos de dados e na exposição da intimidade dos investigados, na invasão desregrada das comunicações pessoais, inclusive em relação aos advogados, o cerceamento da defesa em procedimentos ocultos, as denúncias e sentenças calcadas em acusações negociadas com réus, e na não produção lícita de provas, tornando tais práticas perigosamente banais.

87) Trata-se de perseguir e desmoralizar as lideranças do PT e, se possível, destruí-lo enfraquecendo o conjunto dos partidos de esquerda e movimentos sociais. Esse é o sentido da brutal ofensiva contra o ex-presidente Lula e sua família. Pretendem desmoralizar sua liderança no Brasil e na América Latina e interditar o debate programático sobre as transformações das quais o país tanto necessita.

88) Por outro lado, a coerção, a repressão armada e a perseguição aos movimentos sociais e, sobretudo, de forma ainda mais covarde e violenta, contra os estudantes das ocupações; a autorização da aplicação de técnicas de tortura para obrigar estudantes a desocuparem escolas em Brasília; as chacinas no Rio de Janeiro e em São Paulo; os estudantes algemados no Tocantins; artistas reprimidos durante a encenação de uma peça em Santos e a truculenta invasão da Escola Nacional Florestan Fernandes contra o MST vão tornando evidente o risco de caminharmos para a configuração de um Estado de exceção, com maior autonomia dos órgãos de coerção e repressão do Estado.

89) Erige-se, no Brasil, uma nova forma de bonapartismo, conduzida agora pelo judiciário de forma autoritária, por cima dos demais poderes de origem democrática, pretendendo ditar-lhes o curso. Extrapola suas prerrogativas, manipulado as massas populares, em acordo com a mídia, criando crises institucionais para atingir seus fins, funcionais aos planos sociais e econômicos que interessam às classes dominantes. Tal poder não hesita em atingir setores políticos dessas classes ao intimidar e disciplinar setores democráticos, movimentos populares e organizações de trabalhadores.

90) O aprofundamento da crise tem relação, também, com a situação paradoxal de o PT e o governo não terem logrado construir hegemonia de seu projeto político na sociedade como apontaram, a seu tempo, os 3º e 5º Congressos.

91) Contribuíram decisivamente para isso a não realização da reforma política; a insuficiência de políticas que barrassem a financeirização da economia (dificultando a sustentabilidade das medidas para ampliar a industrialização); a não democratização dos meios de comunicação, a não realização da reforma tributária e da reforma do Estado, em função de não termos conseguido conquistar maioria no Congresso Nacional para aprová-las.

92) Somam-se à não realização das reformas estruturais a incapacidade de nosso partido em dialogar com a sociedade em razão de nosso funcionamento, fortemente aprisionado às dinâmicas eleitorais externas e internas e consequente afastamento da organização da luta social; o

rebaixamento, ou mesmo abandono, em algumas circunstâncias, de nosso programa em função dos ditames do marketing político ou das questões relativas à governabilidade tanto nos executivos quanto nos parlamentos; os dilemas das relações entre partido e governo dentre os quais talvez o mais importante tenha sido a dificuldade do PT em exercer sua autonomia relativa e crítica visando preservar seu programa e projeto estratégico.

93) A esquerda e os movimentos sociais têm reagido, grandes manifestações conjuntas, milhares de atos específicos em todo o Brasil e em outros países estabeleceram um amplo campo de denúncia e luta contra o Golpe institucional, escancarando a sua natureza. A criação da Frente Brasil Popular e da Frente Povo Sem Medo, a ofensiva da CUT, do MST, MTST, da CMP tem sido decisiva na luta pela democracia, contra o golpe e contra os ataques aos direitos.

94) Tem sido de fundamental importância também a reação internacional contra o golpe no Brasil: núcleos de petistas no exterior, organismos internacionais, entidades públicas, movimentos sociais, personalidades, jornais e TVs tem se manifestado sobre o que tem ocorrido no Brasil nos últimos seis meses.

95) Mas apesar da reação o processo de criminalização do PT, a política econômica do segundo governo Dilma, a perda de apoio junto a nossa base social, os efeitos nos grandes centros urbanos, das ofensivas da Operação Lava especialmente contra o presidente Lula e ex-ministros de seu governo; a reforma eleitoral, comandada pelo ex-deputado Eduardo Cunha, reduzindo o tempo de campanha e os programas tanto no rádio quanto na televisão; a permissão de auto doações sem teto para os candidatos e a não fixação de um limite nominal para as contribuições individuais, abriram brechas para a influência do poder econômico e limitaram nossas possibilidades de enfrentamento dos partidos de direita durante as últimas eleições municipais conduzindo o campo democrático-popular a uma profunda derrota eleitoral.

96) Passamos de 635 prefeituras para 256, de 5.166 vereadores para 2.808 perdendo cerca de 10 milhões de votos. A votação de brancos e nulos foi significativa, expressando decepção e desconfiança em relação à política como espaço democrático de transformação social, terreno fértil para o avanço dos setores conservadores e da extrema direita que tem difundido ódio em todo o País.

97) As dificuldades do PT em dialogar com a sociedade nessas eleições não permitiram reconquistar o apoio e a confiança dos trabalhadores, dos pobres e da classe média.

98) No período pós eleições municipais, marcado por forte despolitização e violência, o governo golpista, se vê envolvido numa sucessão de escândalos: a prática de lobby em benefício próprio imputado ao ministro-chefe da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima, a crise aberta com o judiciário na votação das medidas anti-corrupção no Congresso Nacional, as denúncias da Odebrecht envolvendo o presidente golpista e a ampliação das ofensivas de direita aprofundam a instabilidade institucional do país.

99) A crise econômica agravada pela ampliação de 12 milhões de desempregados (ver anexo), o crescimento da dívida pública, a estagnação do crescimento da economia, a política externa voltada para uma aliança privilegiada com os EUA e a natureza do programa de reformas em curso torna evidente que o País precisa de uma Reforma Política como medida inaugural de uma profunda

reforma do Estado , da garantia de eleições livres e diretas e da construção, como sugeriu a presidenta Dilma, de uma oposição firme , incansável e enérgica contra o violento e antipopular ajuste fiscal previsto na PEC 55, contra a redução de direitos, contra o desemprego, a concentração de renda e riqueza e as privatizações.

100) O PT expressa seu inabalável compromisso com os homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras - de todas as gerações e de todas as regiões do país que lutaram com coragem e disposição contra o golpe, em defesa da democracia e do cumprimento do mandato da presidenta Dilma, que estão lutando pela garantia de direitos sociais e políticos contra todas as formas de violência e repressão.

101) O PT expressa seu profundo compromisso com os jovens que têm realizado as ocupações nas escolas e nas universidades instituindo práticas culturais e democráticas que devem servir de referência para às políticas educacionais e para o conjunto das políticas voltadas à juventude.

102) O PT pretende fortalecer, a partir da mais ampla unidade partidária, a unidade da esquerda e das forças populares visando ampliar a oposição ao programa neoliberal em defesa dos direitos dos trabalhadores.

103) O PT deverá retomar também um trabalho molecular de diálogo e organização, junto aos trabalhadores, o que envolve a criação dos comitês da campanha “Por um Brasil Justo para Todos e para Lula” em sintonia com a ação dos movimentos sociais e a Frente Brasil Popular.

104) Nesse processo devemos buscar a construção de um programa para o país, em diálogo sincero e fecundo com a sociedade, com os trabalhadores e as trabalhadoras, especialmente com a juventude, que anuncie o aprofundamento das transformações das quais o Brasil precisa.

105- Nosso partido se coloca de forma firme e vigorosa o imprescindível desafio de rever sua estrutura, de dinamizar suas instâncias, sua política de formação e comunicação para que , como um partido de massas, ao lado dos movimentos sociais, esteja à altura de defender as conquistas e os direitos da maioria de nosso povo e retomar um programa voltado à realização da justiça social e do fortalecimento da democracia.

Fora Temer!

Não à Reforma da Previdência!

Não à Terceirização!

Não à Reforma Trabalhista!

Nenhum direito a menos!

106) A superação do nosso atual modelo de funcionamento se dará com a compreensão de que vivemos uma nova realidade, muito diferente daquela em que o Partido deu seus primeiros passos durante os anos 80 e distante daquela em que fizemos oposição aos governos neoliberais que se sucederam após a redemocratização.

UM PROGRAMA NACIONAL DE MUDANÇAS PARA O BRASIL

107) O 6º Congresso do Partido dos Trabalhadores apresenta para debate seu programa de mudanças para o Brasil, embasado nas experiências exitosas das nossas administrações em todo o

País, desde o nível local com inúmeras gestões inovadoras das cidades brasileiras, passando pela implementação de políticas públicas estruturantes em importantes Estados da Federação e finalmente a mais extraordinária transformação democrática no plano social que o País já viveu, o período dos Governos LULA e DILMA à frente do Governo Federal.

108) Trata-se de defender propostas que possam apresentar alternativas aos trabalhadores e ao País frente ao violento e ofensivo desmonte operado a partir programa neoliberal dos golpistas. Nossas propostas partem do compromisso, dos valores e formulações construídas pelo PT em relação ao socialismo democrático. A luta pela justiça, pela liberdade e pela igualdade devem continuar a orientar o alcance das reformas e políticas do Projeto Democrático Popular que defendemos.

109) Para tanto nosso partido deve reconhecer e compreender a dinâmica da globalização capitalista, especialmente no que se refere as conseqüências na redivisão internacional do trabalho e aos padrões atuais de financeirização e concentração do capital. É preciso contribuir para a reflexão de um número cada vez maior de pessoas acerca das dinâmicas do capitalismo brasileiro, e dos diferentes interesses de classe e projetos políticos para o País.

110) O PT deve contribuir para a compreensão das alterações significativas no interior da estrutura social brasileira e, principalmente, as demandas e proposições dos antigos e novos movimentos sociais, da juventude, do mundo do trabalho, em todas as suas dimensões, da área ambiental, das mulheres, dos índigenas, dos negros, retomando o debate com a sociedade sobre o programa para o desenvolvimento sustentável do Brasil.

111) Tudo isso exigirá um grande processo de politização popular que só pode se dar com objetivos de futuro que aprofundem transformações. Muito investimento em formação, comunicação e organização de base será necessário para que as frentes de partidos e movimentos de esquerda e progressivas ampliem a sustentação de suas políticas e propostas. A efetivação do programa de mudanças para o Brasil é indissociável da organização e politização dos trabalhadores, que dará sustentação social para as mudanças.

112) Nosso programa incorpora com muita determinação a integração latino-americana soberana, não subordinada em termos econômicos, ambientais, tecnológicos, científicos, culturais e políticos. Essa não pode ser uma causa abraçada apenas pelos partidos e movimentos de esquerda, mas por amplos setores dos trabalhadores e deve estar presente nas mobilizações populares. A soberania e o desenvolvimento do Brasil e dos países latino-americanos requerem a integração.

113) O aquecimento global, as guerras, a insegurança, o terrorismo, o desemprego e a fome colocam na ordem do dia a necessária mudança no modelo de produção e de consumo no mundo, de relação com a natureza e o meio ambiente e fazem com que o tema da sustentabilidade ambiental; do trabalho decente; da garantia de direitos sociais, políticos e civis; da qualidade de vida; da liberdade; da igualdade de gênero; das questões relativas à emancipação das mulheres; da igualdade racial; do combate à xenofobia, ao racismo e ao machismo; da participação política e da democracia se coloquem no centro dos debates permitindo que a esperança e convicção de transformação orientem a utopia de um mundo multipolar e justo pelas diferentes gerações, especialmente os jovens.

114) A importância do Brasil nesse contexto torna imprescindível que nossa luta contra o governo golpista e suas políticas seja fortalecida por uma ampla unidade das forças progressistas e de esquerda em torno de um programa em defesa da soberania nacional, do emprego e dos direitos das maiorias sociais. Nas ruas será cada vez mais necessária a unidade das Frentes Brasil Popular, Povo sem Medo, dos movimentos e partidos de esquerda e progressistas em defesa da soberania do país, dos direitos sociais e da democracia.

115) Nosso programa de mudanças se relaciona e pretende fortalecer realização de reformas estruturais no País, a saber: Reforma Tributária; Reforma Agrária que assegure o direito à terra, com preservação ecológica, acesso ao crédito, ao desenvolvimento social, cultural, tecnológico e humano e proteção da natureza; Reforma Política; Democratização das Comunicações; Reforma Urbana e proteção ambiental; Reforma do Estado . Apresentamos para debate como principais desafios:

116) Proteger os trabalhadores

- a) Aumento real do salário mínimo para que o poder de compra dos trabalhadores estimule a economia
- b) Garantia do Benefício de Prestação Continuada e reajustes de acordo com a inflação
- c) Garantia do Bolsa Família com reajustes de acordo com a inflação; alteração da faixa de pobreza visando incluir mais famílias e ampliação da política de formação profissional para os beneficiários.
- d) Aumentar as parcelas do benefício do seguro desemprego , medida que já conta com previsão legal em momento de alto desemprego.
- e) Ampliação do Programa Minha Casa, Minha Vida: Retomar as obras destinadas à faixa de rendimentos mais baixos do programa (paralisadas) e instituição plano para financiamento a longo prazo de reformas residenciais
- f) Fundo Nacional de Desenvolvimento e Emprego : Esse fundo seria destinado a obras de infraestrutura, saneamento, habitação, mobilidade urbana, energia renovável estabelecendo contrapartidas sociais e de geração de novos empregos;
- g) Defender as definições constitucionais sobre Seguridade Social, defender a Previdência Pública mantendo a fórmula 85/95 como regra de acesso para aposentadoria.

117) Ampliar as condições de financiamento e recuperar a capacidade de investimento do Estado

- a) Retomar o Planejamento de Estado envolvendo os municípios e os estados com amplo debate e comunicação que permita a participação de amplos setores da sociedade, principalmente dos trabalhadores e trabalhadoras.
- b) Estabelecer uma política de uso criterioso e gradual de 25% da reservas cambiais como orçamento de investimento em infra-estrutura e como fundos setoriais de aval para operações de investimento produtivo, com metas de geração de emprego.
- c) Implantar um sistema tributário progressivo.
- d) Rever a Lei 9.249/95 para eliminar, particularmente, a possibilidade de distribuir lucros como se fossem juros;
- e) Alteração na tributação do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), criando uma nova tabela para o imposto de renda, ampliando a faixa de isenção, criando novas faixas e tributando mais quem possui alto rendimento.
- f) Acelerar as medidas de combate à sonegação e de recuperação da dívida ativa para ampliar a arrecadação sobre aqueles que devem ao Estado brasileiro.
- g) Redução dos encargos da dívida pública, fator fundamental para estabilidade da trajetória da dívida .
- h) Reformar o imposto sobre heranças e doações dando progressividade nas alíquotas, isentando as de pequenos valores e equiparando as grandes às alíquotas praticadas nos EUA e países europeus, com arrecadação distribuída para União, estados e municípios..
- i) Adotar uma política tributária específica para operações de crédito favorecendo as micro e pequenas empresas, direcionadas a um Programa Nacional de Geração de Emprego e Produção;

118) Salvar Estados e Municípios

- a) Renegociar as dívidas de estados e municípios e estabelecer um plano emergencial, tendo em vista que as taxas de juros que vigoraram sobre essas dívidas foram abusivas.
- b. Repassar aos estados e municípios recursos das multas de repatriação sem condicionalidades;
- c. Ampliação do crédito para estados e municípios visando a superação das desigualdades regionais e impulsionar políticas de desenvolvimento local, geração de emprego, renda e inclusão.

119 - Investir em Infra-Estrutura

- a) Fortalecer as ações previstas no Plano Nacional de Saneamento construído nos governos Lula e Dilma.;
- b) Fortalecer a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- c) Fortalecer o Plano Nacional de Logística e Transporte;
- d) Expandir a produção de energia elétrica focada em energias renováveis, principalmente eólicas, solar e bioeletricidade
- e) Completar as obras ferroviárias de integração nacional, como a ferrovia Norte-Sul, Leste-Oeste e Transnordestina, dentre outras, fundamentais para redução dos custos de transporte no país.

120) Salvar a Petrobrás e o Pré-Sal, os maiores patrimônios brasileiros

- a) Impedir e reverter a fragmentação, destruição e privatização da Petrobrás;
- b) Modificar seu Plano Estratégico 2017-2021 para retomar os objetivos de crescimento da produção, buscando novas formas de financiamento e mantendo a integridade de uma empresa integrada de energia.
- c) Estabelecer regras na legislação que impeçam a privatização disfarçada e a preços vis de ativos da Petrobrás e a entrega de blocos gigantes do Pré-Sal, que estão sendo realizadas por este governo
- d) Retomar a política de conteúdo nacional e compras da Petrobras, restabelecendo e reformulando os programas de conteúdo nacional para gerar empregos no País, superando a perda de postos de trabalho causadas nos últimos dois anos.

121) Retomar o Plano Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação como eixo estruturante do desenvolvimento Brasileiro;

122- Garantir direitos por meio das Políticas Sociais

- a) Defender e aperfeiçoar o SUS ampliando as condições de seu financiamento público;
- b) Defender o Plano Nacional de Educação construído nas Conferências Nacionais de Educação;
- c) Retomar a construção do Sistema Nacional de Educação;
- d) Promover a discussão com a sociedade de uma Reforma do Ensino Médio que permita o acesso dos jovens aos conhecimentos científicos, tecnológicos, filosóficos, à educação física e às artes e revogando qualquer medida que impeça a mobilidade cultural e social dos jovens.
- e) Defender o Sistema Nacional de Cultura.
- f) Defender o Sistema Único da Assistência Social
- g) Defender políticas públicas que efetivem os direitos de cidadania dos povos indígenas reconhecendo sua autonomia e especificidades;
- h) Retomar a Política Nacional voltada à Igualdade de Gênero, de combate à discriminação, ao machismo, exploração, misoginia, violência e desigualdade em relação às mulheres;
- i) Retomar a Política voltada à Igualdade Racial que assegure os direitos sociais e civis;
- j) Retomar a Política Nacional para Juventude que trate os jovens como sujeitos de direitos;

k) Retomar a política comprometida com a liberdade de orientação sexual, defesa dos direitos humanos e direitos civis voltada a combater todas as formas de discriminação e violência contra os cidadãos.

Um Partido como o PT

123) Por óbvio, também não podemos mais nos comportar como se ainda fossemos governo.

124) É diferente dos anos 80 porque não enfrentamos mais um regime militar. A direita encontrou mecanismos mais sofisticados de exercer o poder e disputar a opinião pública. Além disso, uma fração mais radicalizada da sociedade perdeu o pudor de sair às ruas para defender o que antes parecia indefensável: a intervenção militar, o ódio e a intolerância .

125) É distante dos anos 90 porque agora temos um legado de erros e acertos para comparar, uma experiência de governo para defender e um balanço por fazer.

126) Durante muito tempo a classe trabalhadora lutou por condições mínimas de sobrevivência, contra a miséria e contra a fome. Hoje esta parcela da sociedade teve acesso ao consumo e a serviços e, com isso, uma nova pauta de reivindicações que passa pela qualidade do investimento dos governos, principalmente, em saúde e educação.

127) Trata-se, portanto, de forjar uma terceira fase na nossa forma de organizar e mobilizar a sociedade que é diferente do período de construção dos sonhos, e que é diferente do período de conquistas e de realização de direitos, mas que traz o ônus da frustração conquistas não alcançadas e que arrastou consigo uma parte da esperança da militância.

128) Diante deste cenário, a pergunta que devemos responder é: o que o PT precisa fazer agora para entusiasmar sua militância e a sociedade?

129) O primeiro passo é não abrir mão da radicalidade democrática e da participação do conjunto de filiados e filiadas e combater a ideia de que o Partido dos Trabalhadores precisa ser mais estreito e “enxuto”.

130) Pelo contrário, precisamos de uma forma de organização que amplie e aglutine forças, mude nossa postura e nos envolva na vida das pessoas e nas comunidades.

131) O segundo passo é fazer uma transição geracional, necessária para entender as novas demandas da sociedade e principalmente da juventude. A discussão sobre a renovação das nossas direções será inócua se não for acompanhada de um vigoroso rejuvenescimento político e estrutural.

132) Este rejuvenescimento da direção, entretanto, não deve ser um fim em si mesmo. Rejuvenescer a direção deve ser o caminho pelo qual o PT se aproximará dos novos – e efervescentes – movimentos feministas, dos movimentos LGBTs, do novo movimento estudantil e dos secundaristas, dos coletivos de negros e de negras e das novas formas de mobilização da juventude e de suas demandas sociais nas ruas e nas redes.

133) A juventude será a principal vítima da atual ofensiva neoliberal. É a juventude que será vítima da atual reforma da previdência. É a juventude que poderá entrar em um mercado de trabalho cada vez mais precário e com seus direitos suprimidos por um governo usurpador.

134) E é exatamente por isso que o PT precisa se tornar permeável para que essa juventude possa militar e dirigi-lo.

135) O terceiro passo é se manter como alternativa concreta de governo. A candidatura do presidente Lula em 2018 deve ser a expressão de uma nova utopia.

136) Para dar conta destas tarefas é preciso alterar nossa estrutura e funcionamento, dando mais capilaridade à atuação do PT e tornando nossas instâncias de direção mais permeáveis aos filiados e filiadas.

137) Se é pouco – e realmente é – que os filiados e filiadas sejam chamados apenas a cada quatro anos para votar na direção ou para participar de campanhas eleitorais, a alternativa não pode ser – em hipótese alguma – um processo de que reduza a participação dos filiados e filiadas na escolha das direções partidárias.

138) Nosso desafio é envolver os nossos filiados e filiadas nas ações cotidianas do partido.

139) É evidente que nosso atual modelo de escolha de direções encontra problemas e desvios que devem ser combatidos e superados sem nunca diminuir a participação da nossa base. A escolha de direção por eleição direta é reconhecida internacionalmente como inovador, e assim sendo, temos que concentrar esforços para aperfeiçoá-lo. A saída é mais democracia, não menos.

140) O PT deve se estruturar como instituição plural, com organização e propostas construídas coletivamente, que seja identificado com diversos setores da sociedade e com regras respeitadas para que as decisões sejam as mais amplas e democráticas.

141) É preciso ampliar a participação dos filiados e filiadas nos Setoriais do Partido fortalecendo-os como espaços de elaboração, formulação e síntese política envolvendo todos e todas militantes que atuam na área, em diálogo com os movimentos sociais.

142) Devemos ampliar o processo de filiação e garantir aos novos filiados e filiadas espaços de participação e instrumentos de decisão. O Diretório Nacional deve coordenar um amplo processo de filiação envolvendo os filiados e as filiadas nas tarefas do partido.

143) Além disso, todas as Direções Municipais precisam instituir campanhas periódicas e obrigatórias de visitação de filiados e filiadas, supervisionadas pelas direções estaduais, com calendário aprovado pelo Diretório Nacional. Ao visitar os filiados e filiadas as direções municipais devem distribuir material impresso encartados com os boletos de contribuição semestral. Visitar a militância também implicará na atualização constante do Cadastro Nacional de Filiados do PT. Tarefa estratégica, que deve ser cotidiana e que nunca deverá ser confundida com mera burocracia.

144) Campanhas de visitação pressupõem a criação de instrumentos de comunicação. O PT precisa se apropriar todos as ferramentas de comunicação disponíveis, sejam elas impressas ou virtuais. A

produção e a difusão de material de divulgação através da internet são cada vez mais acessíveis e baratos.

145) Não podemos cruzar os braços e esperar que os filiados e filiadas venham até as nossas – quase sempre fechadas – sedes de Diretórios ou procurem pela Direção Municipal. Ao mesmo tempo, precisamos criar pontos de encontros da militância com atividades de lazer e cultura onde os filiados e filiadas, de forma descontraída e cotidiana, possam debater política conjuntural e partidária.

146) Campanhas periódicas de visitação articuladas com a distribuição de material partidário e de arrecadação financeira; a criação de instrumentos de comunicação e a atualização constante do Cadastro Nacional de Filiados, são condições necessárias para que o partido possa se reaproximar dos nossos filiados e filiadas com potencial militante, estimular aqueles e aquelas que podem se reaproximar do PT e identificar aqueles que neste momento não se identificam com o Partido ou que se filiaram porque, por exemplo, entendiam o PT como um atalho para se aproximar dos nossos governos.

147) Ter uma política estruturada de financiamento que atenda a todas as instâncias diminuindo a dependência do fundo partidário. Isto significa readequar o funcionamento do SACE e organizar campanhas permanentes de arrecadação.

14) Além de ampliar a arrecadação militante , é preciso discutir a distribuição dos recursos arrecadados pelo SACE, que constituem uma importante fonte de financiamento das nossas instâncias.

149) É necessário, ainda, diminuir a pulverização dos recursos entre os vários diretórios municipais, que encontram muita dificuldade em manter contas bancárias abertas e em declarar sua movimentação financeira de acordo com a legislação.

150) Ao mesmo tempo, a atual situação financeira dos Diretórios Estaduais é dramática. Cabe ao 6º Congresso Nacional debater a fundo a distribuição dos recursos arrecadados pelo SACE, de forma que os Diretórios Estaduais retenham, pelo menos, 50% do valor distribuído para o estado, depois de descontada a parcela legal destinada ao Diretório Nacional.

151) Em contrapartida, os Diretórios Estaduais devem garantir o investimento dos recursos arrecadados pelo SACE em formação política e na organização das macros e micros regiões.

152) É preciso combater a inadimplência dos filiados e filiadas que exercem cargos eletivos, de confiança ou de direção. Ao mesmo tempo , necessitamos de grande empenho para conscientizar e cobrar a necessária disciplina partidária em relação ao pagamento das contribuições financeiras. Reconhecemos que muitos filiados e filiadas acumulam dívidas que são impossíveis de serem pagas.

153) Não deve haver, em nenhuma hipótese, perdão de dívidas. O pagamento das contribuições partidárias é um compromisso previsto no Estatuto e o PT concebe os mandatos como partidários, uma conquista coletiva e nunca um sucesso individual.

154) Entretanto, a tabela de contribuição deve ser revista de forma que considerar a baixa remuneração dos dirigentes municipais e os elevados níveis de desemprego, que tendem a aumentar frente à atual política econômica colocada em prática pelo governo golpista.

155) Também devemos considerar o resultado da eleição de 2016 levou a uma configuração inédita, onde, pela primeira vez, mais da metade dos prefeitos e prefeitas e dos vereadores e vereadoras que elegemos estão em cidades com menos de 10 mil eleitores.

156) Apostar em percentuais menores, aplicados aos pagamentos futuros e ao estoque da dívida, que levem à uma contribuição financeira modesta, mas simbolicamente importante e que pode fazer com que arrecademos mais sobre uma base maior de contribuintes.

157) Além da reforma interna, precisamos orientar nossas bancadas a rever a legislação, no âmbito da reforma política, de forma a proteger e tornar viável o direito dos Partidos Políticos de arrecadar contribuições de seus militantes e doações de pessoas físicas.

158) Organizar e criar instrumentos de financiamento para as macros e micros regiões nos Estados, com direções eleitas pela base.

159) É necessário transpor o abismo entre os Diretórios Estaduais e as direções municipais. As experiências de regionalização, principalmente no estado de São Paulo, demonstraram se exitosas e absolutamente importantes no funcionamento do PT e na superação das carências dos Diretórios Municipais.

160) As macros e micros regiões, já previstas no Estatuto como órgãos do Partido, devem ser democratizadas e eleitas pela base junto com as direções municipais e ter como fonte de financiamento os recursos distribuídos pelo SACE.

161) Ter uma política nacional de formação e um programa de formação que a concretize e que saia da esfera dos diretórios, chegando ao conjunto dos filiados e filiadas no seu local de moradia, trabalho e estudo. A formação continua sendo o principal desafio para o PT, apesar de todos os esforços que já foram empenhados é preciso ousar nessa área. Cada Diretório Municipal e Estadual, além da secretaria de formação, deve apresentar um calendário permanente de cursos e debates ao longo dos próximos dois anos.

162) Criar instrumentos de consulta e decisões através da internet para que os filiados e filiadas, além de participar das mobilizações conjunturais, possam contribuir e opinar sobre as decisões do Partido.

163) Articular os atuais instrumentos de comunicação do PT e da esquerda em torno de um eixo que seja o alicerce de uma rede comunicação que possa fazer o contraponto à mídia monopolizada, que vá inclusive além da internet e se transforme em um jornal impresso de grande circulação.

164) Definir um método de direção que supere o isolamento de cada Secretaria na Executiva Nacional e que possa ser repetido nos estados e nos municípios.

165) O PT como instituição plural deve funcionar coletivamente, e ser permeável aos diversos setores da sociedade, com respeito às regras estabelecidas, de modo que as decisões sejam as

mais amplas, representativas e democráticas. A Direção Nacional deverá funcionar sob um esforço amplo de planejamento, que deverá abrir espaço para ouvir a sociedade, os movimentos sociais, a academia e reservando um espaço central neste processo para a nossa base militante, que apontará para o centro de uma atuação coletiva e planejada, que deverá dar conta, no curto prazo, de duas tarefas primordiais: a) organizar o PT e a esquerda e b) eleger Lula em 2018.

166) As ações partidárias derivadas deste processo de planejamento coletivo, plural e unitário, serão conduzidas pela Executiva Nacional de forma ampla, através de constituição de núcleos dentro da CEN.

167) O primeiro deles, um Núcleo Político, composto pela Presidência, as cinco Vices Presidências, os líderes das bancadas na Câmara e no Senado, a Secretaria Geral, a Secretaria de Relações Institucionais e a Secretaria de Relações Internacionais.

168- Visando garantir a representação cultural e sociopolítica do País na executiva nacional, criar vice-presidências nacionais por região (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste) com a atribuição de articular e integrar o PT regionalmente, propor políticas de desenvolvimento regional sustentável e discuti-las amplamente com a sociedade civil, bem como promover a articulação inter-regional dessa políticas.

169- Reconhecer e viabilizar as experiências existentes dos fóruns da Amazônia e do Nordeste como espaço de elaboração de políticas internas e com a sociedade civil.

170) Um Núcleo Organizativo composto pelas Secretarias de Finanças e Planejamento, pela Secretaria de Organização e pela Secretaria de Comunicação.

171) Um Núcleo de Formação e de Elaboração composto pela Secretaria Nacional de Formação Política, pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento Econômico e pela Secretária Nacional de Coordenação Regional; que funcionará de forma articulada com a Fundação Perseu Abramo e a Escola Nacional de Formação. E, finalmente, um núcleo de Mobilização composto pelas Secretaria Nacional de Mobilização, Secretaria de Movimentos Populares, pela Juventude do PT e pelos Setoriais.

172) Funcionando em Núcleos a Executiva Nacional reforçará seu caráter colegiado o que deverá se refletir em decisões e encaminhamentos mais coletivos.

173)) À luz das deliberações que serão aprovadas no 6º Congresso Nacional, a nova direção deve convocar um Seminário para planejar e regulamentar as mudanças que serão incorporadas em nosso Estatuto.

174) Estas são contribuições iniciais para fomentar o debate sobre a organização e o funcionamento do Partido. As sugestões que apresentamos aqui devem ser encaradas como provocações ao debate, que deve ser aprofundado nas Etapas Livres e nos Congressos Estaduais.

Por Uma Comunicação Militante

175- Criar uma plataforma que permita a criação de comunidades de prática visando tornar a

comunicação e a elaboração política mais ágil e horizontal. Trata-se de articular: a comunicação permanente entre o (a) presidente do PT, os membros da CEN, os (as) presidentes Estaduais e as Executivas Estaduais; as Secretarias Nacionais e Estaduais; os setoriais, a SNAI e os prefeitos(as) e vereadores (as) de maneira a incentivar discussões e acompanhamento dos processos formativos on line.

176- Uma boa experiência que pode ser desdobrada para os zonais e os municípios é a reunião virtual via Facebook, sem substituir é claro as reuniões presenciais.

177- O uso do facebook e whatsapp pode ser melhor articulado visando potencializar as ações.

178- Impulsionar a criação de canais de comunicação nos municípios, pois ainda hoje há Diretórios sem página na internet, o que demonstra o desconhecimento pelas novas mídias

179- Demonstrar para o conjunto da base petista a necessidade cada vez maior de estarmos em rede. Hoje grande parte das dificuldades que encontramos na juventude reside na pouca comunicação e na ausência de compreensão das novas linguagens tanto nos centros, como nas periferias. A presença nas redes pode e deve estar coordenada com as discussões e decisões políticas tomadas pelo partido. Com a criação de mecanismos de consulta aos filiados, o PT deve implementar uma política de comunicação mais proativa, com informações rápidas que podem ser enviadas aos filiados cadastrados via internet.

180- Construir um debate nacional permanente com vistas a esclarecer a população sobre o caráter excludente e de classe da grande mídia monopolizada e a necessidade de criar correlação de forças que garanta a democratização dos meios de comunicação de massa.

181- Recrear o hábito do "panfleto". A cada mês o PT Nacional produzirá um material impresso sobre um importante tema da conjuntura, para ser distribuído para os 27 estados da federação.

182- Envidar esforços para a criação da TV Web do PT. É importante ressaltar que apesar de prometido, ainda não foi ao ar por falta de recursos financeiros.

183- Divulgar a programação da TVT e os principais portais de esquerda e progressistas

184 - Ampliar a conexão entre a Secretaria de Comunicação do PT e as assessorias de Comunicação das bancadas na Câmara e no Senado, desdobrando essas experiências para os Diretórios Estaduais.

185- Romper a chamada bolha virtual, disseminando no interior do Partido a ideia de que todo militante é um comunicador em potencial. Cabe às direções contribuir com as informações.

186- Articular os portais, do PT, da Escola Nacional de Formação e da Fundação Perseu Abramo visando ampliar o alcance das informações e da formação política.

Março de 2017